



Avaliação dos efeitos econômico-ecológicos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) no Assentamento Ipanema

Samuel Horta

Gabrielle Ferrer Carneiro

Leonardo Rubim de Oliveira César

Carolina Refinetti Schiesari

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) – USP

samuelhorta@usp.br

Objetivos

Esta pesquisa teve como objetivo central avaliar os efeitos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) no Assentamento Ipanema (Iperó/SP), implementado pelo Estado de São Paulo entre 2014 e 2018, por meio de análise econômico-ecológica dos agroecossistemas. Buscou-se compreender a composição de rendas das famílias, a produtividade do trabalho e da terra, e a contribuição dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) para a economia dos agroecossistemas (AEs), contrastando beneficiários e não beneficiários da política.

Métodos e Procedimentos

A metodologia baseou-se no “Método Lume: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas” (Petersen et al., 2017), que articula elementos das economias ecológica, política e feminista. O grupo amostral foi composto por quatro Núcleos Sociais de Gestão do Agroecossistema (NSGAs), selecionados pelo método “bola de neve”: dois

beneficiados pelo PDRS (AE1 e AE2) e dois não beneficiados (AE3 e AE4), todos com área padrão de 8 hectares.

A coleta de dados ocorreu entre março e outubro de 2025, por meio de travessias, croquis participativos, linha do tempo e entrevistas semiestruturadas. Foi desenvolvido o “Diagrama dos Ciclos Agrícolas” para operacionalizar o rateio proporcional de custos, rendas e horas de trabalho em culturas plurianuais. Para insumos e produtos gerados/consumidos nos AE que não tivessem um valor de referência nos mercados territoriais, assumiu-se como base a tabela de preços médios de 2024 do CEAGESP São Paulo (CEAGESP/PROHORT-SIMAB). O período de referência para levantamento e quantificação dos fluxos foi o ano civil de 2024

Resultados

A análise transversal dos quatro AEs revelou estilos de gestão econômico-ecológica distintos. Os AEs beneficiários do PDRS (AE1 e AE2) apresentaram índices de mercantilização (IM) baixos (0,26 e 0,22) e endogeneidade (IE) elevados (0,90 e 0,94),



configurando um modo de produção camponês autônomo¹. Em contraste, os AEs não beneficiários operaram com IM de 0,98 (AE4, avicultura integrada) e 0,85 (AE3, quiosque de serviços), evidenciando maior dependência mercantil. O efeito mais expressivo do PDRS na viabilidade econômica foi a mecanização coletiva via cooperativa: tarefas de preparo de solo que demandavam até duas semanas passaram a ser executadas em cerca de três horas, aumentando a produtividade do trabalho, reduzindo a penosidade e estabilizando a autonomia técnica das famílias.

Quanto aos SAFs, sua contribuição econômica absoluta foi marginal (menos de 5% do Produto Bruto em ambos AEs), em função de abandono por falta de infraestrutura e de um processo de implantação top-down que comprometeu a apropriação técnica pelos agricultores. Contudo, em termos de produtividade do trabalho (Renda Agrícola/Horas de Trabalho), os SAFs apresentaram desempenho notável: R\$ 14,59/h no AE1 e R\$ 20,40/h no AE2, superando subsistemas mais intensivos como o Roçado de Mandioca (R\$ 8,89/h no AE2). A análise de gênero revelou que a viabilidade econômica de todos os AEs é subsidiada por extensas jornadas de trabalho doméstico-reprodutivo feminino não remunerado, estrutura que o PDRS não interveio.

Conclusões

O PDRS demonstrou potencial como política de transição agroecológica ao atuar como “corretor de assimetrias”, ampliando a

produtividade física da agricultura familiar sem impor especialização industrial. Contudo, sua execução seguiu a lógica tecnicista da Revolução Verde, entregando “pacotes tecnológicos” sem processo pedagógico participativo, o que resultou em SAFs subutilizados e baixa apropriação pelos agricultores.

A consolidação da agroecologia nos assentamentos exige políticas públicas que superem a lógica da “entrega de objetos” e passem a reconhecer e remunerar a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar (Marchetti & Moruzzi Marques, 2024). Sem mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos e de apoio à infraestrutura básica, a agroecologia corre o risco de se tornar uma “armadilha de pobreza” (Martínez-Alier, 2007), onde o camponês subsidia a conservação ambiental sem garantia de uma vida digna.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n 24/11310-5, pelo apoio financeiro; Às famílias do PA Ipanema que nos receberam de braços abertos e possibilitaram essa pesquisa; À Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Carolina Refinetti Schiesari pela orientação; À toda equipe do Agremal e do Projeto “AFLORA - AgroFloresta para Reforma Agrária” pelo apoio; À Paulo Frederico Petersen e Luciano Marçal da Silveira pela orientação metodológica.

Referências

- MARCHETTI, F. F.; MORUZZI MARQUES, P. E. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. São Paulo: Edusp, 2024.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- PETERSEN, P. et al. Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

¹ O Índice de Mercantilização é obtido pela divisão entre os custos produtivos monetários e o valor total dos recursos mobilizados — mede a dependência direta dos mercados. Já o Índice de Endogeneidade, é tido pela razão entre o Valor Agregado e a Renda Bruta — indica o grau de autonomia do sistema frente a insumos comerciais.